



## **A INTERDISCIPLINARIDADE DA CRIMINOLOGIA NO ESTUDO DAS CAUSAS E PREVENÇÕES AO DELITO: O CASO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA**

Davi Reis de Jesus<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O presente texto tem o objetivo nuclear de estabelecer a relação norteadora entre a Criminologia e a Justiça Restaurativa, essa última sendo uma componente da primeira ao que se refere os modelos de prevenção ao delito. Além disso, visa também difundir a importância do pesquisador e operador do Direito em entender as diversas nuances que se observa ao estudar o fenômeno criminal, que não cabe mais, tão somente, a observação fria, desumana e superficial do Processo Penal tradicional, perquirindo a aproximação das partes envolvidas para o reconhecimento da humanidade mútua entre eles, atendendo o objetivo de, repetindo, humanizar, bem como prevenir o delito, através da interdisciplinaridade aberta pela Criminologia.

**Palavras-chave:** Criminologia. Interdisciplinaridade. Justiça Restaurativa.

---

<sup>1</sup> Graduando em Direito na Universidade Tiradentes. Pesquisador voluntário nos grupos “Execução Penal” e “Trabalho e Sociedade” ambos presentes no Diretório de Pesquisa do CNPQ e reconhecidos pela instituição. Foi Estagiário da 3ª Defensoria Criminal do Estado de Sergipe, atuando em análises de processos com Crimes Contra o Patrimônio em específico. E-mail: adv.davireis@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem o intuito de esclarecer a importância em se estudar a Criminologia como ciência norteadora para o entendimento do fenômeno crime. De certo, sabe-se que, o Direito Penal, apenas, não se faz suficiente para o entendimento da complexidade dos acontecimentos criminais, haja vista, trata-se de uma ciência que estuda a punição e penalidades dos delitos, não os seus mecanismos de prevenção consagrados pela Criminologia moderna.

Por tal contexto, em um primeiro momento, a presente pesquisa visa construir brevemente o solo das discussões da ilegitimidade do Direito Penal em tratar, sozinho o fenômeno criminal, devido, como já foi dito, tratar-se de um instrumento meramente punitivo, retributivo, que, como se vê, na contemporaneidade, não se faz suficiente para atender as demandas de prevenção, ao passo que, se deve vislumbrar a criminologia como norte de atuação do Direito Penal.

Destarte, num segundo momento, a pesquisa propõe a difusão da justiça restaurativa como o modelo mais adequado, dentre os demais, de prevenção delito, pelo seu intuito de humanizar o processo, atuando subsidiariamente a ação penal, dando a possibilidade de reconhecimento mútuo da humanidade entre vítima e ofensor, haja vista, com fulcro nuclear no que reza a doutrina criminológica quando se refere nos meios de prevenção ao delito.

### 1. A CRIMINOLOGIA ENQUANTO CIÊNCIA DE ESTUDO DO DELITO

Sabemos que o Direito Penal Clássico sempre foi o modelo ovacionado como o melhor caminho para o combate da criminalidade e controle social. Entretanto, com a irradiação da Teoria dos Direitos fundamentais, muito bem defendida por Alexy<sup>2</sup>, podemos traçar uma nova construção do Direito Penal e do Direito

---

<sup>2</sup> A Teoria dos Direitos Fundamentais do Jurista Alemão Robert Alexy, a partir da mesma foi fomentada no Direito uma enorme preocupação técnica por parte dos operadores do Direito, em específico no Brasil, se essa teoria estava ou não consonância com a realidade brasileira, no que se refere a uma humanização do Direito face à teoria da irradiação dos Direitos Fundamentais, observando ainda a teoria da verticalidade e horizontalidade desses mesmos Direitos, o que passou a vincular todas as áreas do Direito a partir da premissa estabelecida pela Teoria dos Direitos Fundamentais do Alemão, sendo revestido o tema de caráter vetorial no mundo jurídico.

Processual Penal, ambos pautados na real necessidade de não serem meros punitivistas, mas sim instrumentos axiológicos de mudança social, pautado na proteção dos indivíduos sociais de omissões estatais, o que gera a vitimização terciária (LIMA JÚNIOR, 2017, p.86).

Com a presente vênua, elenca-se que a ciência consagrada para o intuito científico de se compreender o crime seja cada vez mais levada em consideração nas ciências criminais e penais, a Criminologia.

Em efeito, como aduz o professor Penteado Filho (2013, p. 14), a palavra criminologia vem do latim crimino (crime) e do grego logos (estudo), logo, sendo o estudo do crime. Além disso, já houve um tempo em que se questionou se a criminologia era ou não uma ciência. Sabe-se que, ciência, com a revolução científica do Século XVII, necessitava-se de um método, como bem citou Descartes, com seu método cartesiano pautado no racionalismo fundante da revolução em contraposição aos mil anos de obscuridade na Idade Média. A criminologia, possui um método de busca e fundamentação: Empirismo e Interdisciplinaridade.

Como lembra o Professor e Promotor de Justiça José César Naves de Lima Júnior (2017, p. 57) o método nada mais é que “o instrumento por meio do qual o raciocínio procura entender um fato relativo ao homem, sociedade e natureza”. Segundo ainda o douto, a Criminologia baseia-se do método empírico, pois, baseia-se na observação do fato para então “estudar o delito”.

Além disso, segundo Sumariva, a interdisciplinaridade da criminologia baseia-se por a mesma ser uma ciência que lida diretamente com o corpo social, portanto, necessita do diálogo com o direito penal, sociologia, biologia, psicologia e psiquiatria e até com a filosofia. Disserta ainda o professor que:

A criminologia é uma ciência do ser, empírica (observação da realidade), que se vale do método indutivo, utilizando-se de métodos biológico e sociológico.(...) O direito é uma ciência cultural (do dever ser), normativa, cujo método é lógico, abstrato, dedutivo. A abordagem criminológica é empírica, isto é, que seu objeto (crime, criminoso, vítima e controle social) se insere no mundo axiológico (como saber normativo). Logo, a criminologia pretende primeiro conhecer a realidade para depois explicá-la, sendo necessário mais do que conhecimento dos fatos, pois, em se tratando de direitos humanos, qualquer generalização passa a ser falha, daí o carácter interdisciplinar da ciência criminológica (...) a realidade é alheia ao jurista, o qual tem como ponto de partida a norma válida.(SUMARIVA, 2013, p.10).

De certo, o saber criminológico é extenso ao que se refere nos seus campos de estudos, cartesianamente, por estudar todos os envolvidos no fenômeno criminal,

ao passo que, o delito é pesquisado desde sua nascente até a execução da punição, bem como, a saída do egresso do sistema prisional. Ou seja, a criminologia investe-se de estudos acerca do criminoso, vítima, prevenção ao delit, controle social etc.

## **2. POLÍTICA CRIMINAL**

Destarte, um dos campos de estudo da criminologia, sendo o mais prático deles é a política criminal, ao passo que, visa instrumentalizar, com fulcro no estudo criminológico, mecanismos de combate à criminalidade, bem como a sua prevenção.

Suplementarmente, segundo o Promotor de Justiça Criminal José César Naves (2017, p.100) existem modelos de Reação Social e Prevenção da Criminalidade, sendo um deles o Restaurador, fundado na Política de Justiça Restaurativa.

Tal modelo de Prevenção é constante no macro modelo de Prevenção e Combate à criminalidade, dividindo em três momentos: 1) Prevenção Primária, 2) Prevenção Secundária e 3) Prevenção Terciária. A primeira delas consta como núcleo incrementador o real investimento e efetivação em políticas públicas para colocar em vigor os direitos fundamentais, como educação, saúde, segurança pública, trabalho, dentre outros. O segundo deles tem como objeto a aparelhagem policial, atuando como modelo posterior ao crime, visando combatê-lo no momento da sua atividade. Por fim, o terceiro deles tem como objeto evitar a reincidência de indivíduos no mundo do crime, através da ótica prevencionista e integradora do mesmo, materializada pelo modelo Reintegrador (ou ressocializador) e Restaurador (através da Justiça Restaurativa). Ou seja, a menção no tocante à Justiça Restaurativa perfaz também como um mecanismo de Política Criminal e Criminológica, trazendo a cientificação do crime, ajustando as lentes do Direito Penal para a Criminologia (LIMA JÚNIOR, 2017, p.94/95).

De tão logo, essa esquematização, ilustra o modelo cartesiano da ciência, uma vez que a problemática da prevenção à criminalidade reveste-se de separação das temáticas para a investigação. Tais investigações, são só de cunho criminológico, como também de Segurança Pública em Geral, Orçamento e Políticas

Públicas e Sociais, Política Criminal, Sociologia entre outras, todas elas na busca pela investigação da prevenção à criminalidade, de modo interdisciplinar.

No item 3 dos tipos de Prevenção ao Delito, além do modelo Ressocializador (o qual sugere-se que seja Reintegração) observa-se o modelo Restaurador, que eclodiu da Política de Justiça Restaurativa, nascida em meados da década de 70 do Século passado, na América do Norte. Tal modelo, tem como premissa as discussões não única e tão somente da culpabilidade de quem concorre para crimes, mas sim da sua responsabilização e reparação dos danos que a atividade ilícita causou, bem como, o empoderamento da vítima, a qual, diferentemente do processo penal comum, onde na instrução a Vítima não passa de uma mera fonte de de colheita de provas para o encerramento do processo na referida vara e encarceramento do acusado.

De tão logo, a Justiça restaurativa surgiu para um novo norte da Justiça Criminal, ajustando a lente da aplicação da justiça, essa que se demonstra altamente ineficaz, permanecendo com a retina da retribuição.

### **3. A JUSTIÇA RESTAURATIVA NOS SEUS DESAFIOS E CONCRETIZAÇÃO**

Para o início e fomento do debate, elenca-se o surgimento da Justiça Restaurativa, tema central em que a referida pesquisa orbita. Como lembra o Professor Daniel Achutti (2017, p.55) a Justiça Restaurativa surgiu em 1974, na cidade de Kitchener, no Estado de Ontário, Canadá, como uma iniciativa da comunidade em dirimir conflitos entre os moradores, em específico entre vítima e ofensor. Baseada nas em tribos Neozelandesas, a Justiça Restaurativa possui uma dinâmica essencialmente humana, pois permite num espaço (círculo) que se tenha os elencados a partir do fenômeno criminal: vítima, ofensor e comunidade.

No Brasil, a Justiça Restaurativa ganhou vida com 3 projetos pilotos recomendados pela ONU: na Vara da Infância e da Juventude da Comarca de São Caetano do Sul (SP); na 3ª Vara da Infância e da Juventude de Porto Alegre (RS), com competência objetiva para executar as medidas sócio-educativas; e no Juizado Especial Criminal do Núcleo Bandeirantes, em Brasília (DF).

Com a recomendação advinda do Conselho Econômico e Social da ONU (2002/12), os 3 referidos projetos pilotos possuíam uma importância ímpar para a Justiça Criminal do Brasil, uma vez que eram tidos como experimentos acerca da possibilidade de aplicação da Justiça restaurativa em casos criminais no país. Tanto é, que os casos foram de sucesso, tendo em Porto Alegre a maior força, em específico, na Vara de Infância e Juventude, onde até os dias atuais possui índices de satisfação imensa. Segundo o Ministério Público do RS, os casos são resolvidos com mais de 92% de satisfação. Satisfação essa da vítima, conforme atesta a Promotora de Justiça do MP/RS Ivana Ferrazo, em uma entrevista concedida acerca do tema.<sup>3</sup>

Nesse elemento, para conceituação, o Conselho Econômico e Social da ONU (2002) define a Justiça Restaurativa como: [...] qualquer processo no qual a vítima e o ofensor e, quando apropriado, quaisquer outros indivíduos ou membros da comunidade afetados por um crime, participam ativamente na resolução das questões oriundas do crime, geralmente com a ajuda de um facilitador”, é discutida como uma possível alternativa a essa situação de barbárie. A Justiça Restaurativa, através da afirmação de valores como responsabilização, inclusão, participação e diálogo, pode corresponder a anseios civilizatórios inadiáveis nos tempos presentes em que a violência teima em se impor como forma natural de sociabilidade.(OLIVEIRA e JESUS, 2016).

Os programas de justiça restaurativa diferem de justiça tradicional, uma vez que possibilitam a participação no processo. O envolvimento ativo em projetos de micro- justiça, como administradores, usuários, ou como testemunhas participativas funciona para dar poder aos cidadãos e comunidades menos privilegiados.

Em um sistema retributivo, o que se espera do infrator é que ele suporte sua punição. Para a justiça restaurativa o que importa é que ele procure restaurar ativamente a relação social quebrada. Para isso, os procedimentos restaurativos deverão considerar a situação vivida pelo infrator e os problemas que antecederam e agenciaram sua atitude. Assim, paralelamente aos esforços que o infrator terá que fazer para reparar sua infração, caberá à sociedade oferecer-lhe as condições adequadas para que ele possa superar seus limites como, por exemplo, déficit educacional ou moral ou condições de pobreza ou abandono.

---

<sup>3</sup> Entrevista disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=b71jA-BDe0U&t=1060s>

Guilherme de Souza Nucci, em sua obra Manual de Direito Penal, edição de 2017, traz um quadro comparativo elaborado por Renato Sócrates Gomes Pinto, para que percebamos a disparidade entre o modelo Retributivo com o Restaurativo. O mesmo inicia afirmando que

são características da Justiça Retributiva: a) o crime é ato contra a sociedade, representada pelo Estado; b) o interesse na punição é público; c) a responsabilidade do agente é individual; d) há o uso estritamente dogmático do Direito Penal; e) utiliza-se de procedimentos formais e rígidos; f) predomina a indisponibilidade da ação penal; g) a concentração do foco punitivo volta-se ao infrator; h) há o predomínio de penas privativas de liberdade; i) existem penas cruéis e humilhantes; j) consagra-se a pouca assistência à vítima; l) a comunicação do infrator é feita somente por meio do advogado.”(NUCCI, 2008, p.401) Nessa esteira, continua, “são trações da Justiça Restaurativa: a) o crime é ato contra a comunidade, contra a vítima e contra o próprio autor; b) o interesse em punir ou reparar é das pessoas envolvidas no caso; c) há responsabilidade social pelo ocorrido; d) predomina o uso alternativo e crítico do Direito Penal; e) existem procedimentos informais e flexíveis; f) predomina a disponibilidade da ação penal; g) há uma concentração de foco conciliador; h) existe o predomínio da reparação do dano causado ou da prestação de serviços comunitários; i) as penas são proporcionais e humanizadas; j) o foco da assistência é voltado à vítima; l) a comunicação do infrator pode ser feita diretamente ao Estado ou à vítima.”(NUCCI, 2008, p.402)

Além disso, NUCCI (2017, p.402) conclui o seu breve comentário sobre Justiça Restaurativa enfatizando que:

Parece-nos que o estudioso do Direito Penal e Processual Penal, precisa debruçar-se sobre os caminhos a seguir nesse dicotômico ambiente de retribuição e restauração. No entanto, deve fazê-lo de maneira objetiva, aberta, comunicando-se com a sociedade e, acima de tudo, propondo meios e instrumentos eficientes para se atingir resultados concretos positivos. Por vezes, notamos a atuação legislativa vacilante e ilógica, atormentada pela mídia e pela opinião pública, sem qualquer critério científico ou, no mínimo razoável.

Ademais, o autor consubstancia o tema, aludindo que a observância do pesquisador e atuentes do Direito Penal e Processo Penal, devem, além de se ater ao teor da lei, também se ater ao teor que emana das relações sociais, observando as nuances sociológicas que orbitam as questões criminais, logo, a interdisciplinaridade como foco e perspectiva do mundo jurídico para a eficácia ao se estudar o fenômeno criminal, ajustando a lente do crime, para ser analisado com a lente criminológica.

Tal contexto apresentado, não obstante, desemboca nas discussões acerca do Garantismo Penal, tal conceito sendo, como lembra FERRAJOLI uma “expressão do Constitucionalismo”.( apud SPOSATO, p. 181).

#### **4. INEFICÁCIA DA PENA**

Com efeito, em paralelo ao discutido até aqui, um outro ponto em destaque e que entra em consonância com a justificativa da Justiça Restaurativa é a da necessidade de observação dos princípios da Teoria da Pena. De modo que, é evidente que a Pena é a materialização do Direito Penal, é dela que a última ratio do Direito ostenta o poder coercitivo máximo. Entretanto, um dos objetos de estudo aqui apontados é observar brevemente o perfil de indivíduo que é apenado. Afinal, de acordo com a Doutora Alice Bianchini em seu curso de Direito Penal, a mesma afirma que a pena é utilizada como forma de preservação do poder econômico, daí a raridade de punição de um endinheirado (BIANCHINI, 2015, p.469).

Ou seja, a Justiça Restaurativa, não obstante, busca ainda dinamizar uma alarmante, realidade penal: a de criminalizar os pobres e marginalizados para o preenchimento do sistema prisional, para que então ocupemos o lugar em destaque internacional de encarceramento, para que se dê a ideia à massa social de prisão e de que a justiça (retributiva) é feita, para que então os grandes atores da realidade criminal continuem no seu lugar de destaque de sempre: Presidindo grandes empresas nacionais e multinacionais, organizações midiáticas e cargos políticos, ambos na manutenção do Capital.(JESUS e OLIVEIRA, 2016).

#### **5. RESOLUÇÃO 225 DO CNJ**

Conforme as recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU), respectivamente as 1999/26, 2000/14 e 2002/12, em 31 de Maio de 2016 foi assinada a Resolução de Nº 225 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pelo então Presidente deste órgão supracitado Ricardo Lewandowski, estabelecendo os parâmetros nacionais de implementação da Política de Justiça Restaurativa nos Tribunais de Justiça no Brasil.



Com a presente vênua, pode-se destacar alguns pontos do documento, como é o caso dos princípios norteadores da Justiça Restaurativa, em seu Capítulo I, que reza que

Art. 1º. A Justiça Restaurativa constitui-se como um conjunto ordenado e sistêmico de princípios, métodos, técnicas e atividades próprias, que visa à conscientização sobre os fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflitos e violência, e por meio do qual os conflitos que geram dano, concreto ou abstrato, são solucionados de modo estruturado na seguinte forma:

I – é necessária a participação do ofensor, e, quando houver, da vítima, bem como, das suas famílias e dos demais envolvidos no fato danoso, com a presença dos representantes da comunidade direta ou indiretamente atingida pelo fato e de um ou mais facilitadores restaurativos;

Ou seja, em carácter “vinculante” o CNJ divulga e instrumentaliza, documentalmente, os princípios que norteiam a Justiça restaurativa, bem como, trata por definir cada item de estruturação dessa mesma, com o enfoque no acesso à justiça, valor preconizado no art. 5º da Constituição Federal de 88, bem como, possibilitando uma ampliação nos casos em que as lides sejam na matéria criminal, humanizando o processo e, quando possível, promover a autocomposição entre as partes, por enquanto, ainda nos termos da lei 9.099/95 (lei dos juizados especiais cíveis e criminais).

Destarte, a Resolução ainda trouxe a responsabilização dos Tribunais de Justiça do Brasil em implementar a Política de Justiça restaurativa em suas dependências, bem como a sua divulgação na comunidade estadual. Em específico, a Resolução preconiza que

Art. 5º. Os Tribunais de Justiça implementarão programas de Justiça Restaurativa, que serão coordenados por órgão competente, estruturado e organizado para tal fim, com representação de magistrados e equipe técnico-científica, com as seguintes atribuições, dentre outras:

I – desenvolver plano de difusão, expansão e implantação da Justiça Restaurativa, sempre respeitando a qualidade necessária à sua implementação;

Em síntese, o CNJ, ainda na teoria, perquiriu desenvolver os parâmetros de implementação da aplicação, efetivação e irradiação nacional dos paradigmas de Justiça restaurativa no Brasil, possibilitando uma maior aproximação da política com a sociedade, bem como, dando um carácter institucional, no âmbito dos Tribunais do Estado, ou ainda, conforme o seu artigo 29 “no que couber, à Justiça Federal.”

Portanto, é mister a importância de um novo olhar da justiça através da ótica restaurativa, seja por humanidade, conforme discutido nessa segunda parte, seja na ótica prevencionista da Criminologia, introduzida na primeira parte deste texto.

## **6. METODOLOGIA**

A metodologia empregada neste resumo, fundamentou-se em uma análise Bibliográfica, onde autores da Criminologia e Direito Penal foram utilizados para a premissa do debate, bem como, vetores para a construção dos alicerces da problemática oferecida. Pautou-se suplementarmente no método Indutivo e Dialético para a o desenrolar das questões apresentadas e o mapeamento ideológico presente através da generalização das ideias e seus confrontos para que se chegasse a síntese do ofertado no debate.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto até aqui, ficou evidente que a Justiça Restaurativa no Brasil está se demonstrando como um escape de superação do modelo de Justiça Retributivo. Para que seja superada a ideia defendida por Beccaria, em sua obra 'Dos Delitos e das Penas', onde o autor concluiu que as leis nada mais são do que "(...) instrumentos das paixões da minoria, ou fruto do acaso e do momento, e jamais a obra de um prudente observador da natureza humana, que tenha sabido orientar todas as ações da sociedade com esta finalidade única: todo bem-estar possível para a maioria." De tão logo, urge como mecanismo de solução, face a ausência de vontade política para a efetiva redução da criminalidade no país, uma vez que, nos termos dos tipos de prevenção à criminalidade, pouco se faz, em relação as atitudes Estatais, para se estancar o nascer diário de frutos da criminalidade, bem como, da reincidência daqueles que já passaram pelo sistema criminal, sendo apenas uma mera estatística presente no INFOPEN.

Em suma, em linhas conclusivas a presente pesquisa visou abordar a necessidade de se traçar caminhos para o entendimento do fenômeno criminal sob uma ótica mais vasta, não na punitiva do Direito Penal, mas sim, através da

cientificidade presente na Criminologia, ciência essa que é alçada e alicerçada por outras demais ciências além do Direito como a Sociologia, Filosofia e Psicologia, onde juntas se unem para um plano cartesiano, fazendo uso do termo de Descartes, para um eficaz estudo e possíveis vetores para a resolução de problemáticas que envolvem a seara da Segurança Pública.

Portanto, a pesquisa serviu de pano para limpeza das lentes dos pesquisadores que ainda estão embaçadas com o Direito Penal, esse sendo a única retina para a análise do crime, sendo que, nos termos da alçada da Ciência Criminal, cabe a Criminologia e seu contexto interdisciplinar, estudar as causas e prevenções ao delito, modelos de superação, acompanhado da Política Criminal, sendo o Direito Penal um requisito subsidiário no fenômeno criminal.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHUTTI, Daniel. **Justiça Restaurativa e Abolicionismo Penal**: Contribuições para um novo modelo de administração de conflitos no Brasil. São Paulo: Editora Saraiva, 2016.

AGUINSKY, Beatriz; CAPITÃO, Lúcia. **Violência e socioeducação**: uma interpelação ética a partir de contribuições da Justiça Restaurativa. Revista Katálisis, Florianópolis v. 11 n. 2 p. 257-264 jul./dez. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141449802008000200011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141449802008000200011&script=sci_arttext). Acesso em: 21 mar 2018.

BECCARIA, C. **Dos Delitos e das Penas**. São Paulo: Editora Hemus, 1971.

BIANCHINI, A., GOMES, L.F. **Curso de Direito Penal** – parte geral. Salvador: Editora Juspodvum, 2015.

BRASIL. Resolução 225 do CNJ. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3127>. Acesso: 15 de mar. 2018

JESUS, Davi Reis de; OLIVEIRA, Patricia Nara de Santana. Justiça restaurativa: desafios e concretização. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIX, n. 154, nov 2016. Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=18171](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=18171). Acesso em set 2017.

LIMA JÚNIOR, José César Naves. **Manual de Criminologia**. Salvador: Editora Juspodvum, 2017.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. São Paulo: Forense, 2017

OLIVEIRA, Patricia Nara de Santana; JESUS, Davi Reis de. Justiça restaurativa: elementos e particularidade para o garantismo penal juvenil. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XX, n. 160, maio 2017. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=18915](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=18915)>. Acesso em mar 2018.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual Esquemático de Criminologia**. São Paulo: Editora Saraiva.

SUMARIVA, P. *Criminologia*. Rio de Janeiro: editora Impetus, 2016